

# JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VIII – Nº 1.528 – BRASÍLIA, SEXTA-FEIRA, 28 DE JUNHO DE 2002



Genaldo Magela

## Congresso marca para terça-feira votação da LDO

A Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2003 deverá ser votada pelo Congresso Nacional na terça-feira, a partir das 15h. Inicialmente prevista para ontem, a votação não ocorreu devido à falta de entendimento entre governo e oposição em torno de outra matéria incluída na pauta da sessão, a MP que regulamenta artigo da Constituição relativo à anistia política.

PÁGINA 5

Na expectativa de acordo entre as lideranças do governo e da oposição, Ramez Tebet convocou sessão do Congresso para terça



José Cruz

### SUPLICY VESTE A CAMISA EM HOMENAGEM À SELEÇÃO

Ao homenagear, em Plenário, o técnico Luiz Felipe e os jogadores, Eduardo Suplicy vestiu a camisa da Seleção Brasileira e desejou sorte à equipe na final da Copa do Mundo.

PÁGINA 4

### Senadores cobram investimento no Norte

PÁGINA 8



José Cruz

Plenário aprova operações de crédito junto a bancos do Japão e Europa para modernizar hospitais gerais e universitários

### Aprovados nomes para CVM, Cade e agências regionais

Indicações do presidente da República para cargos no Cade, na CVM e nas novas agências regionais da Amazônia e Nordeste foram acolhidas pelo Plenário.

PÁGINA 3

### Senado autoriza três financiamentos externos para reequipar hospitais

Três pedidos de autorização para operações de crédito externo foram aprovados ontem pelo Plenário. Os recursos serão destinados ao reequipamento de hospitais.

PÁGINA 4

# Reforma do Judiciário volta à CCJ para análise

Senadores apresentaram cerca de 240 alterações à proposta de emenda à Constituição, já aprovada na Câmara, que muda estrutura da Justiça

O Plenário encerrou ontem a discussão, em primeiro turno, da proposta de emenda à Constituição que institui a reforma do Judiciário. Como foram apresentadas emendas em Plenário, a PEC volta à análise da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde o relator, senador Bernardo Cabral (PFL-AM), deve examinar as cerca de 240 alterações sugeridas pelos senadores e submeter novo relatório aos membros da comissão.

A proposta de reforma do Judiciário em exame no Senado é uma modificação daquela aprovada pela Câmara dos Deputados em 2000. Entre as mudanças na estrutura da Justiça, está a criação do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público, além da instituição do efeito vinculante sobre as decisões proferidas pelo Supremo



Bernardo Cabral, presidente da CCJ, analisa as alterações e apresenta novo relatório

Tribunal Federal, pelo Superior Tribunal de Justiça e pelo Tribunal Superior do Trabalho.

## POLÍCIA CIVIL

Durante a ordem do dia de ontem, o projeto de lei da Câmara que estabelece as regras de acesso às categorias funcionais da carreira da Polícia Civil do Distrito Federal foi aprovado pelos senadores, de acordo com o parecer da CCJ, de autoria do senador

Romeu Tuma (PFL-SP). A proposta do governo federal recebeu seis emendas e deve voltar para nova análise da Câmara dos Deputados.

O Plenário deu como definitivamente aprovado o substitutivo ao projeto de lei da Câmara que determina a dispensa de servidoras públicas para a realização de consultas e exames preventivos oferecidos pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Como foi alterado pelo Senado, a proposta volta para a Câmara dos Deputados. Os senadores também decidiram, de acordo com requerimento aprovado, enviar de volta à CCJ para reexame a PEC do senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) que permite o voto dos presos.

O Plenário aprovou ainda, na última sessão deliberativa ordinária do semestre, sete projetos de decreto legislativo que aprovam os atos do Ministério das Comunicações que outorgam ou renovam permissões ou concessões para funcionamento de emissores de rádio e televisão em cidades da Bahia, Ceará, Paraná, Rio Grande do Sul e Mato Grosso.

## TRT do Paraná poderá criar cargos efetivos e contratar mais funcionários

O Plenário do Senado aprovou ontem projeto que modifica o quadro de pessoal do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) do Paraná. Serão criados 375 novos cargos efetivos, os quais serão distribuídos entre as 61 Varas do Trabalho do estado. A matéria voltará ao exame dos deputados, pois foram feitas alterações no projeto em sua tramitação no Senado.

O relator da matéria, senador

Romeu Tuma (PFL-SP), recomendou sua aprovação, ponderando que o número de funcionários do TRT do Paraná é insuficiente e vem provocando prejuízos à população que recorre à Justiça Trabalhista. O projeto foi remetido ao Congresso pelo Tribunal Superior do Trabalho há oito anos e, conforme Romeu Tuma, se naquela época o TRT-PR já precisava de novos funcionários, agora a

situação é dramática, pois cresceu muito o número de processos.

O projeto terá de voltar à Câmara porque em 1996 foi promulgada lei que alterou as carreiras dos servidores do Judiciário. Assim, os senadores tiveram de fazer alterações na denominação dos cargos sem, no entanto, elevar o número de pessoas a serem contratadas em concurso público.

## Congresso já tem comissão representativa para recesso

A partir de indicação dos líderes partidários e blocos parlamentares, os senadores aprovaram ontem oito nomes que, juntamente com deputados indicados pela Câmara, representarão o Congresso durante o período de recesso parlamentar.

Os senadores integrantes da comissão são o presidente da Casa, Ramez Tebet (PMDB-MS), Renan Calheiros (PMDB-AL), Benício Sampaio (PPB-PI), Edison Lobão (PFL-MA), Eduardo Suplicy (PT-SP), Carlos Wilson (PTB-PE), Lauro Campos (PDT-DF) e Antonio Carlos Valadares (PSB-SE).

## Senado aprova voto de pesar pela morte de jornalista sergipano

Ao aprovar ontem requerimento do senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), o Senado decidiu manifestar seu pesar pela morte do jornalista sergipano Roberto Batista, ex-diretor do *Jornal da Cidade* e da TV Atalaia, de Aracaju (SE).

— Ele foi um dos personagens mais importantes do jornalismo de Sergipe, marcando sua atuação pelo espírito democrático. Ele abriu muitas oportunidades às

novas gerações de jornalistas sergipanos — afirmou Valadares, na presidência da sessão.

A pedido do senador Francelino Pereira (PFL-MG), o Senado também aprovou voto de pesar pela morte de Dalva Mota Costa, que integrava o conselho de sócios do *Diário do Comércio* e do *Jornal da Casa*, dois jornais de Belo Horizonte (MG). A morte aconteceu no último dia 9 de junho, na capital mineira.

## Alcântara homenageia a memória de Sérgio Bernardes

Ao lamentar a morte de Sérgio Wladimir Bernardes no dia 15 deste mês, o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) destacou a importância do trabalho do arquiteto, que faleceu em sua residência, de falecimento múltiplo dos órgãos. Segundo o senador, o arquiteto foi inovador na tecnologia e no uso de materiais: além do concreto, da madeira e do aço, incorporou neblina, reflexos, sons e odores em seus projetos.

De acordo com Alcântara, o arquiteto deixou um acervo com mais de 6 mil projetos, entre eles o Mausoléu de Castelo Branco e o Palácio do Governo do Ceará, ambos em Fortaleza (CE); os postos salvadas da orla marítima do Rio de Janeiro e o condomínio Casa Alta,

no bairro carioca de Humaitá.

Sérgio Bernardes ganhou o Grande Prêmio de Arquitetura de Veneza, na Itália, o Prêmio Internacional da Bienal de São Paulo e, por seu trabalho mais conhecido, o Pavilhão de São Cristóvão, no Rio, recebeu a Estrela de Ouro da Feira Internacional de Bruxelas, na Bélgica. Também são seus os projetos do Aeroporto Internacional de Brasília e o Pavilhão das Bandeiras, na Praça dos Três Poderes.



## AGENDA

SEXTA-FEIRA, 28 DE JUNHO DE 2002

### PLENÁRIO

9h — Sessão não deliberativa

## JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Ramez Tebet  
1º Vice-Presidente: Edison Lobão  
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares  
1º Secretário: Carlos Wilson  
2º Secretário: Antero Paes de Barros  
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima  
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti  
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto e Maria do Carmo Alves

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia  
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva  
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Wagner Caldeira  
Diretora da Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333  
Diretor da Agência Senado: Antonio Caraballo (61) 311-3327

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin, João Carlos Ferreira da Silva e José do Carmo Andrade

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva  
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas Dantas de Moraes e Eny Junia Carvalho

Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo  
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes  
Ed. Anexo I do Senado Federal,  
20º andar  
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela  
Secretaria Especial  
de Editoração e  
Publicações

# Aprovados nomes para agências, CVM e Cade

Mozarildo Cavalcanti diz esperar que a nova Agência de Desenvolvimento da Amazônia “não represente apenas uma troca de sofá, mas cumpra seu papel de fomento da atividade econômica na região”

O Senado aprovou ontem os nomes de 13 autoridades para ocupar cargos de direção na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), no Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) e nas recém-criadas Agência de Desenvolvimento da Amazônia (ADA) e Agência de Desenvolvimento do Nordeste (Adene). Os nomes foram indicados pelo presidente da República e, de acordo com a Constituição, o Senado Federal precisa dar o seu aval às escolhas do Executivo.

Para um mandato de cinco anos, os senadores aprovaram a indicação de Luís Leonardo Cantidiano Ribeiro para a presidência da CVM. (Veja no quadro ao lado a relação dos demais aprovados).

O senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) disse esperar que a ADA, que substitui a extinta Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), cumpra seu papel de fomento da atividade



Mozarildo espera que agência promova investimento nos estados da Amazônia Ocidental

econômica na Amazônia. Ele pediu aos parlamentares da região que se mantenham vigilantes para que os recursos públicos sejam distribuídos de maneira igualitária pelos estados. Segundo ele, a Sudam deixava estados como Roraima e o Acre em segundo plano e os seus técnicos praticamente não deixavam o Pará, onde estava a sede do órgão.

— O novo órgão não pode repre-

## Indicações para o Cade e agências regionais

### Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade)

- João Grandino Rodas, reconduzido para o cargo de presidente
- Thompson Almeida Andrade, reconduzido para o cargo de conselheiro
- Cleveland Prates Teixeira, indicado para o cargo de conselheiro na vaga de Celso Fernandes Campilongo
- Fernando de Oliveira Marques, indicado para o cargo de conselheiro na vaga de Afonso Arinos de Mello Franco Neto

### Agência de Desenvolvimento do Nordeste (Adene)

- Evandro José Moreira Avelar, para o cargo de diretor-geral
- Ricardo Alberto Suassuna de Medeiros, diretor
- Paulo Roberto Pontes de Mendonça, diretor
- Manoel Brandão Farias, diretor

### Agência de Desenvolvimento da Amazônia (ADA)

- Teresa Lusía Mártires Coelho Cativo Rosa, para o cargo de diretora-geral
- Pedro Calmon Pepeu Garcia Vieira Santana, diretor
- Onildo Elias de Castro Lima, diretor
- Samir de Castro Hatem, diretor

sentar apenas uma troca de sofá. Queremos que a ADA e seus novos diretores possam escrever um novo capítulo sobre o emprego de recursos públicos na Amazônia.

Mozarildo comemorou o fato de, pela primeira vez, o órgão que cuida do desenvolvimento da Amazônia ter um representante de Roraima — Samir Hatem — na

sua direção, acreditando que o diretor vai levar à ADA a necessidade de investimento nos estados da Amazônia Ocidental que ficam esquecidos.

## Plenário acolhe indicados para três embaixadas

Em cumprimento a sua obrigação constitucional de examinar as indicações de chefes de missões diplomáticas, o Senado aprovou ontem as indicações do presidente da República para as embaixadas do Brasil na Malásia, na Colômbia e na Indonésia.

Para a representação do Brasil na Malásia, os senadores ratificaram, em votação secreta, o nome do diplomata Edgar Teles Ribeiro. Carlos Eduardo Sette Câmara da Fonseca, que também é do quadro permanente do Ministério das Relações Exteriores, ganhou o apoio do Senado para ocupar o cargo de embaixador brasileiro na Indonésia.

A aprovação da embaixadora do Brasil na Colômbia, Maria Celina de Azevedo Rodrigues, foi antecedida por um apelo do senador Tião Viana (PT-AC) para que o governo federal aprofunde a discussão sobre o tráfico de drogas na América do Sul.

— As relações do Brasil com a



Tião Viana pede ao governo que combata droga com prioridade

Colômbia merecem maior reflexão da nossa sociedade por envolver um tema delicado como o tráfico de drogas — afirmou o senador, que acredita que apenas a comercialização das drogas recebe alguma atenção no país, mas outros assuntos, como a distribuição e a

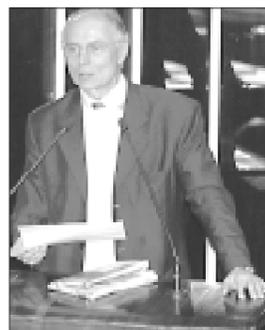
produção da droga em territórios do continente, precisam de maior atenção.

A presença do Exército dos Estados Unidos na Colômbia também precisa, na opinião de Tião Viana, ser discutido no país, que, para o senador, deve assumir sua condição de líder sul-americano na composição de uma força-tarefa no continente para o combate às drogas.

— A Colômbia precisa de ajuda e não podemos nos furtar a oferecer esse gesto de solidariedade. Apelo para que governo federal trate a questão da droga com maior prioridade — destacou o senador.

## Dívidas de países africanos reescaladas

O Plenário aprovou ontem dois projetos de resolução que permitem o reescalonamento da dívida de Moçambique e da Maurítânia junto ao Brasil. Segundo parecer elaborado pelo relator sobre a operação com Moçambique, senador Roberto Saturnino (PT-RJ), os países credores do Clube de Paris, entre os quais o Brasil, concordaram em aumentar de 67% para 80% o desconto concedido ao país africano para quitação de seus compromissos. Por isso, foi



Eduardo Suplicy e Roberto Saturnino relataram os projetos que permitem reescalonamento de dívidas

submetido ao Congresso aditivo ao contrato já celebrado entre os dois países de reescalonamento do débito de US\$ 150,8 milhões de Moçambique.

Foi ainda autorizado o reescalonamento pelo governo brasileiro de seus créditos junto à República Islâmica da Maurítânia, de US\$ 10,7 milhões. A dívida será reescalada em 34 parcelas semestrais, a serem pagas de 2006 a 2022. O relator da matéria foi o senador Eduardo Suplicy (PT-SP).

Os juros correspondentes à taxa Libor semestral acrescida de *spread* de 0,5%, ficando os juros de mora de 1% ao ano. A proposta foi negociada no âmbito do Clube de Paris.

## Motocicleta poderá usar semi-reboque

Projeto oriundo da Câmara permitindo que motocicleta, motoneta ou ciclomotor utilizem semi-reboques foi aprovado ontem pelo Senado. A proposta altera o Código de Trânsito Brasileiro, que proibia o uso de reboque nesses veículos, e agora vai à sanção presidencial.

Autor do projeto, o deputado Confúcio Moura lembra que a proibição se fundamentava no fato de motocicletas e motonetas serem veículos de equilíbrio precário, que se desestabilizam facil-

mente em altas velocidades por manobras bruscas ou diante de obstáculos. O deputado argumenta, no entanto, na justificativa do seu projeto, que já foi desenvolvido no Brasil um semi-reboque especial para ser tracionado por motocicletas e motonetas. Projetado por indústria mecânica de Rondônia, disse ele, o semi-reboque é dotado de suspensão com quatro graduações, que podem ser reguladas em poucos minutos, além de barra estabilizadora que assegura a dirigibilidade do veículo.

Relator da matéria na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Romeu Tuma (PFL-SP) concordou com o deputado, argumentando que a mudança no Código de Trânsito vai contemplar apenas os semi-reboques projetados para motocicletas ou motonetas e desde que homologados por órgão competente.

Tuma entende que a aprovação do projeto fará com que as motocicletas e motonetas ganhem em versatilidade, ampliando sua utilização.

# Empréstimos garantem modernização de hospitais

Programas governamentais que visam reequipar hospitais gerais e universitários terão recursos de três financiamentos, a serem contratados com instituições do Japão, da França e da Alemanha

Os programas do governo de reequipamento de hospitais gerais e universitários serão beneficiados com recursos de três financiamentos internacionais. O Plenário aprovou ontem a contratação de operações de crédito com esse objetivo junto a instituições financeiras do Japão, da França e da Alemanha.

A primeira operação, junto à Marubeni Corporation, destina-se a elevar de 280 milhões para 350 milhões de ienes o valor de financiamento japonês ao programa de Modernização e Consolidação da Infra-Estrutura Acadêmica das Instituições Federais de Ensino Superior e Hospitais Universitários.

O mesmo programa receberá financiamento de 4,8 milhões de euros do banco BNP Paribas. Com esses recursos, poderão ser adquiridos equipamentos para os hospitais universitários junto à organização Hôpital Action Services (HAS).

A terceira operação de crédito, no valor de US\$ 2,5 milhões, será com o Dresdner Bank AG. Os recursos serão destinados ao fi-



Empréstimos aprovados em Plenário vão permitir melhorias nas instituições de ensino superior

nciamento parcial do Programa de Modernização Gerencial e Reequipamento da Rede Hospitalar.

## Projeto faz justiça à mulher, diz Mauro

O senador Mauro Miranda (PMDB-GO) destacou a importância da aprovação de projeto de sua autoria que dispõe sobre concessão de título de transferência de posse e de domínio das moradias financiadas com recursos do Orçamento Geral da União preferencialmente para as mulheres de baixa renda, afirmando que a dívida do país com a mulher brasileira "é incomensurável". A matéria foi aprovada na quarta-feira pelo Senado e seguirá agora para análise da Câmara dos Deputados.

O senador elogiou o trabalho da relatora da matéria na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE).

O projeto, explicou Mauro, reconhece o papel da mulher como agente fundamental nas decisões familiares quanto à sustentação econômica de seu núcleo social. Ele salientou que a proposta destina-se a atender a uma antiga reivindicação da mulher trabalhadora de baixa renda, "cuja posição inferior na rígida estrutura social do Brasil lhe assegura a condição de segmento mais prejudicado pelo déficit habitacional brasileiro".

### DÉFICIT

Mauro Miranda ressaltou que o déficit habitacional no Brasil é de quase 7 milhões de unidades, sendo que quase 40% das pessoas que recebem até um salário mínimo não possuem moradia. As mulheres, enfatizou o senador, constituem a maioria da população do país, com 51% do total, permanecendo, no entanto, na



Proposta reconhece papel da mulher como principal agente familiar, diz Mauro Miranda

condição de subalternas, recebendo salários, na maioria das vezes, inferiores aos dos homens, quando da execução do mesmo tipo de trabalho. Muitas, observou, somente encontram ocupação no mercado informal, recebendo rendimentos ainda mais reduzidos.

O senador citou pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), segundo a qual quase 12 milhões de mulheres comandam os lares brasileiros, res-

ponsabilizando-se pelo destino de um quarto de todas as crianças do país, na faixa da primeira infância. No entanto, a sociedade ainda demonstra resistência em empregar trabalhadoras com salários dignos, declarou.

— Não por acaso, estão sujeitas às condições mais precárias de trabalho, expondo-se a situações constantes de humilhação e desrespeito. Isso contrasta, de forma nefasta, com o acúmulo de responsabilidades de que, hoje, se revestem as funções da mulher brasileira — disse o senador.

Seu projeto, afirmou Mauro, vai justamente ao encontro das necessidades da mulher trabalhadora, que não pode prescindir de uma segurança mínima para a sobrevivência de sua família. O objetivo do projeto, ao priorizar as mulheres em programas habitacionais financiados pela União, "é contemplar as mães com moradias modestas, mas dignas do nome, dando mais fôlego na labuta do dia-a-dia".

## Senador lamenta morte de Santillo

Mauro Miranda também lamentou a morte, aos 65 anos de idade, do médico, ex-senador, ex-governador e ex-ministro da Saúde Henrique Santillo. Para o senador, Santillo "figura na seleta galeria dos homens que, no dizer de Brecht, fizeram-se indispensáveis à coletividade porque lutaram a vida inteira".

O senador fez um breve histórico da vida pública de Santillo, ini-

ciada como líder estudantil e continuada com sua eleição à Assembleia Legislativa de Goiás e ao Senado Federal. Destacou sua militância contra o regime militar, dentro do Movimento Democrático Brasileiro, e sua atuação à frente do Ministério da Saúde, quando recebeu das organizações Mundial e Panamericana de Saúde o certificado de erradicação da poliomielite, em 1994.

## De verde-amarelo, Suplicy homenageia a Seleção

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) vestiu a camisa da Seleção Brasileira de Futebol para, em Plenário, homenagear e desejar boa sorte à equipe do técnico Scolari na disputa pelo pentacampeonato mundial. "Quero transmitir o sentimento do povo brasileiro com a Seleção, que vem dando um exemplo para o país", declarou.

Como o futebol é uma paixão do povo brasileiro, Suplicy espera que os jogadores possam jogar o melhor possível e conquistar o título, retribuindo a vibração da torcida verde-amarela. Na sua opinião, a "excelência" na preparação dos atletas deve ser creditada à equipe técnica, observando que o exemplo dado no futebol pode ser transposto para outros ramos de atividade.

— Se eles são capazes de elevar a auto-estima dos brasileiros atuando em campo, nós também seremos capazes de fazer isso na política econômica — disse, em alusão à possível vitória do PT na eleição presidencial. A expectativa de Suplicy é que mudanças implementadas por um governo petista possam "erradicar a pobreza, dar oportunidade de emprego a todos, melhorar a renda e levar o Brasil a ultrapassar a última colocação no campeonato mundial de desigualdade".

Ao final de seu discurso, o senador agradeceu a acolhida da Coreia do Sul e do Japão à Seleção Brasileira. O presidente do Senado, Ramez Tebet, juntou-se aos aplausos pelo gesto de Suplicy e à torcida pela conquista do pentacampeonato de futebol.

## Romero Jucá elogia revista sobre os recursos hídricos

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) elogiou a revista *Águas do Brasil*, uma publicação trimestral da Secretaria de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente que chega a seu terceiro ano de circulação. Ele ressaltou que a revista "coloca em perspectiva, com extrema propriedade, o tema da água no Brasil e no mundo".

O parlamentar enalteceu particularmente o último número da publicação. afirmou que a revista "cumprir o duplo papel de manter o debate continuado de um tema decisivo para toda a Humanidade, ao tempo que reúne matérias especiais, entrevistas, artigos de especialistas e informações de interesse geral".

O último número da revista, disse Jucá, "mostra que o gerenciamento do uso da água vem tomando impulso nas distintas regiões do Brasil, com a implantação de comitês de bacias e consórcios intermunicipais". A revista destaca a Agência de Água do Vale do Itajaí, criada em Blumenau (SC), da qual participam 21 entidades regionais.



Jucá: publicação "coloca em perspectiva o tema da água no Brasil e no mundo"

O senador destacou ainda a entrevista com o representante da Confederação Nacional da Agricultura (CNA) no Conselho Nacional de Recursos Hídricos, engenheiro Jairo Lousa; a reportagem (de capa) sobre a instalação do comitê da Bacia do Rio São Francisco; matéria sobre o seminário IV Diálogo Interamericano de Gerenciamento de Águas, realizado ano passado em Foz do Iguaçu (PR), com a participação de representantes de 52 países, e as notícias sobre aquíicultura cearense e os dessalinizadores de água.

## Mozarildo vê irregularidades na ONG Associação Amazônia

O senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) afirmou que o depoimento de Hector Daniel Garibotti, na terça-feira, à comissão parlamentar de inquérito que apura denúncias de irregularidades nas organizações não-governamentais (ONGs) deixou claro que a atuação da Associação Amazônia caracteriza dois ilícitos: entrada irregular de divisas no país e grilagem de terras.

Sócio fundador da Associação Amazônia, Garibotti admitiu que a organização é dirigida por estrangeiros como ele e o escocês Christopher Clark, que mora na Itália. Com doações feitas no exterior, especialmente de US\$ 70 mil doados pelo empresário Paulo Roberto Imperiali, o empresário disse que a Associação Amazônia demarcou terras num total de 174 mil hectares, que haviam sido adquiridas fraudulentamente.

Os recursos para a compra das terras foram obtidos através de ordens de pagamento vindas do exterior, além de dólares que eram trazidos “no bolso ou na maleta”, segundo Garibotti decla-

rou à comissão. Segundo Mozarildo, apesar de localizados no sul do estado de Roraima, os 174 mil hectares foram registrados em cartórios do Amazonas. A CPI da Câmara que investiga a grilagem, acrescentou, já comprovou essas irregularidades.

Mozarildo antecipou que, no segundo semestre, pretende reconvocar o lobista Alexandre Paes dos Santos. Ao ser convocado pela primeira vez, ele alegou a existência de uma cláusula de confidencialidade em seu contrato com o laboratório Novartis para não depor.

No entanto, destacou o parlamentar, ele é citado em denúncia da imprensa segundo a qual Graça Marques, que dirige a ONG Núcleo de Apoio aos Portadores de Câncer (Napacon), recebia dinheiro do laboratório Novartis, como doação, e fazia um trabalho junto ao Ministério da Saúde para obter o registro de um medicamento produzido por esse laboratório, que em seguida seria disponibilizado para os pacientes da rede pública (SUS).

## Ademir critica alto lucro do sistema financeiro no país

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) manifestou ontem indignação em relação à lucratividade do sistema financeiro no Brasil. O parlamentar citou reportagem do jornal *Valor Econômico* segundo a qual “o lucro dos grandes bancos que sobreviveram à queda da inflação praticamente dobrou após o Plano Real”.

Ele citou números que, segundo afirmou, mostram que o sistema financeiro atua como “uma gigantesca sanguessuga a sorver a mingada poupança nacional e a fabricar lucros estratosféricos apenas com a manipulação do dinheiro”. Lembrou que em 1994 os dez maiores bancos privados lucraram juntos R\$ 3 bilhões, em valores atualizados, enquanto em 2001 o lucro deste mesmo grupo foi de R\$ 8,4 bilhões, um crescimento de 180%.

Embora o lucro consolidado dos dez maiores bancos tenha sido de R\$ 41 bilhões no período de oito anos, disse o senador, o imposto



Segundo Ademir, lucro dos bancos dobrou no Real

Roosevelt Pinheiro

por eles pago diminuiu no mesmo período, passando de R\$ 2,6 bilhões para R\$ 1,29 bilhão. Ademir lembrou que, embora a arrecadação da Receita Federal tenha crescido no período em 42,73% acima da inflação, o crescimento da participação do setor financeiro

foi de apenas 11,77%, enquanto a participação das pessoas físicas cresceu 53,62%.

Ademir Andrade abordou ainda a questão dos altos juros do país, “uma das maiores fontes de renda das instituições financeiras”, e o principal fator de crescimento da dívida interna e de desaquecimento da economia, segundo afirmou.

Depois de dizer que as “forças conservadoras” que governam o país “nunca tiveram percepção da brutalidade cometida contra a população”, Ademir defendeu mudança na política econômica. Para ele, essa situação pode ser mudada em outubro, com a eleição de um presidente progressista.



Os parlamentares opositores condicionaram votação da LDO ao exame de mudanças na MP da anistia

## Congresso deve votar a LDO na terça-feira

Divergências sobre a medida provisória que regulamenta a anistia política impediram que Congresso examinasse projeto ontem

O Congresso Nacional reúne-se na próxima terça-feira, às 15h, para votar a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) 2003. A sessão que estava marcada para ontem, com esta finalidade, foi aberta e encerrada em seguida por falta de entendimento entre as lideranças do governo e da oposição. Os opositores condicionaram a votação da LDO ao exame das mudanças na Medida Provisória (MP) nº 2.151-3, de 2001, que regulamenta o artigo da Constituição relativo à anistia.

— Se tivéssemos votado a LDO

hoje, teríamos encerrado os trabalhos e entraríamos em recesso — explicou após a sessão o presidente do Senado, Ramez Tebet.

Originalmente, além da LDO, a sessão iria deliberar sobre quatro projetos de lei que tratam de créditos especiais e suplementares ao Orçamento 2002 e mais 20 projetos de decreto legislativo que tratam da execução orçamentária. Antes da sessão, contudo, foram incluídas na ordem do dia quatro medidas provisórias, destacando-se entre elas a MP da anistia, sobre a qual não foi possível chegar

a um acordo.

Segundo entendimento das lideranças do governo, a regulamentação da anistia deve resgatar a situação funcional a partir da data de edição da MP, sem nenhum efeito retroativo, de modo a não sobrecarregar as contas do Tesouro Nacional, a quem cabe arcar com o ônus dos salários e benefícios dos anistiados e dependentes. A oposição, contudo, quer garantir o pagamento dos atrasados com retroatividade à data de promulgação da Constituição — 5 de outubro de 1988.

## General esclarece dúvidas sobre escuta

A Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (CCAI) promoveu ontem reunião reservada com o ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, general Alberto Mendes Cardoso, e o diretor-geral da Polícia Federal, Itanor Neves Carneiro. Além de questões relativas à situação da segurança pública no país, foram esclarecidas dúvidas levantadas pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP) sobre a escuta telefônica realizada na prefeitura de Santo André.

Na avaliação de Suplicy, as explicações dadas por Itanor Carneiro sobre a interceptação telefônica de pessoas ligadas à prefeitura paulista, suspeita de praticar irregularidades na terceiriza-



O general Alberto Cardoso manteve reunião reservada com membros da comissão

ção de serviços públicos, pareceram ser de “boa-fé”. Segundo o senador, o diretor-geral da Polícia Federal disse que esse artifício foi usado para auxiliar a Polícia Civil nas investigações sobre o sequestro e assassinato do prefeito

de Santo André, Celso Daniel.

Suplicy afirmou que Itanor Carneiro teria descartado qualquer conotação política dessa escuta telefônica, como o propósito de desgastar a imagem de correligionários do PT. Também teria assegurado não ter sido aberta qualquer sindicância ou inquérito pela Polícia Federal para investigar acusações contra o candidato do partido à Presidência da República Luiz Inácio Lula da Silva.

Suplicy participou da reunião da CCAI junto com o presidente da comissão, o deputado federal Aldo Rebelo (PCdoB-SP). Um dia após o anúncio de medidas de combate ao crime no Rio de Janeiro, o general Alberto Cardoso optou por abordar aspectos diversos do serviço de inteligência.

## Tuma: é preciso dar mais segurança ao poupador

Senador cita a fraude na contabilidade da WorldCom para alertar sobre a necessidade de adotar medidas que protejam o investidor brasileiro

O senador Romeu Tuma (PFL-SP) citou o exemplo da fraude contábil praticada pela empresa norte-americana WorldCom, controladora da Embratel, para alertar sobre a necessidade de se garantir a segurança dos poupadores brasileiros contra ações da mesma natureza.

Tuma recordou a aplicação, pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), de multa de R\$ 28 milhões contra os controladores das Fazendas Unidas Boi Gordo, que teriam prometido aos poupadores retorno de 40% sobre o capital investido em apenas 18 meses. O senador observou que inquérito aberto pela CVM demonstrou a existência de irregularidades no empreendimento.

— É hora de dar um basta, pois



Tuma: "Não podemos tolerar que escroques lesem o patrimônio de nossos poupadores"

não podemos mais tolerar que escroques lesem o patrimônio de nossos poupadores. A sociedade está farta de crimes impunes, que chegam ao narcotráfico, ao seqüestro e se alimentam da cultura da impunidade — afirmou.

Na opinião do senador, o episódio da WorldCom, que levou à queda de bolsas de valores no mundo inteiro, demonstra que a

crise econômica é internacional. Em aparte, o senador Roberto Saturnino (PT-RJ) observou que o cenário econômico mundial tem sua cota de contribuição nas turbulências que afetam o mercado brasileiro.

### CRIMINALIDADE

Ao falar sobre a violência no Brasil, Tuma isentou a governadora do Rio de Janeiro, Benedita da Silva, de responsabilidade sobre o aumento da criminalidade na capital fluminense. Para ele, o estado precisa se reorganizar para melhor combater o crime, que não atinge apenas o Rio, mas várias cidades do país.

Romeu Tuma defendeu ainda que haja uma reação a atitudes de criminosos como o ataque, com tiros de metralhadoras, à sede administrativa da prefeitura do Rio de Janeiro. Ele observou que fatos como esse vêm ocorrendo na Colômbia, e que o Brasil não pode permitir que eles se multipliquem.

## Tebet discute com governador mudanças na cobrança do ICMS sobre gás boliviano

O presidente do Senado, Ramez Tebet, reuniu-se ontem com o governador de Mato Grosso do Sul, José Orcírio dos Santos, o Zeca do PT, para tratar da questão do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) do gás boliviano transportado por dutos que atravessam o estado. Tebet e os dois outros senadores do estado, Lúdio Coelho (PSDB) e Juvêncio da Fonseca (PMDB), que participaram do encontro, estão preocupados com proposta do estado de São Paulo de tributar o gás boliviano no destino e não nos estados por onde o produto transita, como Mato Grosso do Sul.

As lideranças políticas sulmato-grossenses querem fazer frente às gestões de São Paulo, que tem sugerido à Petrobras alterações nos próximos contratos com as empresas bolivianas, contemplando a mudança. Tal situação reduziria significativamente a arrecadação de



Lúdio Coelho e Juvêncio da Fonseca participaram da reunião com governador José Orcírio dos Santos sobre proposta que prejudica Mato Grosso do Sul

ICMS em Mato Grosso do Sul. **MINISTÉRIO PÚBLICO**

Ramez Tebet também recebeu ontem a visita de corregedores-gerais do Ministério Público de todos os estados e da União, que desde o dia 26 estão reunidos em Brasília em encontro nacional da categoria. Eles convidaram o presidente do Senado a participar do

evento, lembrando que Ramez Tebet foi membro do Ministério Público de Mato Grosso do Sul.

No encontro, informaram, foram tratados assuntos relacionados com as atividades dos corregedores que cuidam da fiscalização da atividade funcional e da conduta dos promotores e procuradores de justiça.

## Cândido quer garantir direito de servidor civil da Marinha

O senador Geraldo Cândido (PT-RJ) fez apelo ao governo federal para que seja resolvido "o grave problema" dos 7.263 servidores civis do Comando da Marinha. Lotados principalmente no Arsenal de Marinha, no Rio de Janeiro, e na Base Naval de Aratu, na Bahia, eles deixaram de ser enquadrados no Regime Jurídico Único (RJU) e se encontram fora das promoções funcionais, recebendo "salários indignos, que têm até de ser complementados para chegar ao salário mínimo", afirmou.

Segundo o senador, o Arsenal de Marinha "já foi um verdadeiro parque industrial de avançada tecnologia, com profissionais altamente capacitados que garantem a qualidade da produção e reparos de navios de guerra, como fragatas, corvetas, embarcações de tropas, navios-patrolha e até submarinos nucleares". Atualmente os profissionais que lá trabalham estão submetidos a "salários irrisórios e aviltantes", além de ser tratados de forma "injusta, inflexível e intolerante pelo Comando da Marinha", acrescentou.

Não faz nenhum sentido, disse Geraldo Cândido, que esses servidores sejam tratados dessa forma,



Segundo Geraldo Cândido, trabalhadores têm o direito de ser enquadrados no RJU

privados ainda do enquadramento no plano de cargos e carreiras. Por estarem vinculados à antiga tabela de especialistas, explicou Geraldo Cândido, os trabalhadores têm direito ao enquadramento no RJU, como prevê a Lei nº 5.645, de 1970.

### CRIMINALIDADE

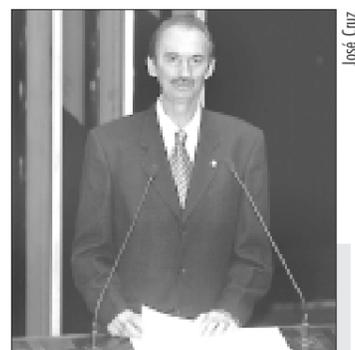
Geraldo Cândido também manifestou repúdio à atuação do crime organizado no Rio de Janeiro, destacando o esforço da governadora Benedita da Silva para organizar força-tarefa no estado. Na opinião do senador, a "ação ousada e audaciosa dos bandidos" no Rio de Janeiro exige de toda a sociedade uma resposta imediata.

## Chico Sartori anuncia que pretende reeleger-se senador

O senador Chico Sartori (PSDB-RO) anunciou ontem em Plenário que submeterá seu nome à convenção do PSDB de Rondônia para disputa de uma vaga ao Senado nas eleições de outubro. Ele agradeceu o apoio que tem recebido e disse que "ainda existe muito a fazer pelo estado".

— Quero dizer aos prefeitos de Rondônia que estamos batalhando nos ministérios, aqui em Brasília, para atender aos anseios de nossas comunidades — afirmou.

O senador também prestou solidariedade a dois padres que foram seqüestrados no último fim de semana em Vilhena (RO). Os religiosos foram rendidos no sábado à noite por cinco homens, amarrados e levados a um cativo, onde permaneceram até as 4h da manhã. Os dois padres conseguiram alertar a polícia após a fuga dos seqüestradores, que levaram uma caminhonete e um aparelho de televisão da Diocese de Ji-Paraná, mas nenhum deles foi capturado.



Chico Sartori submeterá o nome à convenção do PSDB de Rondônia

— É inadmissível que mentes desumanas e doentias sintam-se no direito de praticar tamanha barbaridade com religiosos que têm como meta a construção do bem e da paz espiritual — observou.

Sartori defendeu a adoção de mudanças na legislação brasileira que tornem obrigatório o trabalho dos presidiários, como forma de recuperação para a vida em sociedade. Segundo disse, os criminosos não temem ser presos, pois encontrarão conforto na cadeia.

## Emilia saúda reajuste na tabela do SUS, mas vê intuito eleitoral

A senadora Emilia Fernandes (PT-RS) acusou o governo de desleixo com a saúde e que só por causa da eleição deste ano foram finalmente reajustados os preços das consultas médicas pagas pelo Sistema Único de Saúde (SUS), depois de seis anos de congelamento. "Sabemos que a



Emilia Fernandes acusa o governo de desleixo com a área da saúde

decisão teve caráter eleitoral, mas chega em boa hora, porque os valores pagos aos médicos que atendem a pacientes do SUS são vergonhosos", disse a senadora.

Emilia citou os números: uma consulta de neurologista ou cardiologista passou de R\$ 2,5 para R\$ 7,55. O atendimento de urgência subiu de R\$ 3,16 para R\$ 8,16; a consulta com ortopedista foi de R\$ 6,91 para R\$ 10, e as consultas que exigem acompanhamento médico posterior passaram de R\$ 7,47 para R\$ 12,47.

A senadora também comemorou a votação, em turno suplementar, do projeto de lei que garante a dispensa das mulheres trabalhadoras por um dia ao ano para

exames médicos preventivos.

— Hoje, a dispensa da mulher que trabalha para fazer um preventivo de câncer, por exemplo, fica ao sabor da boa vontade das chefias, inclusive no serviço público, ou da liberalidade maior ou menor de cada empresa — observou.

Conforme a senadora, o projeto torna os exames preventivos um direito da mulher, o que é um enorme avanço na prevenção do câncer e de outras doenças, que podem ser evitadas ou ter os efeitos controlados se diagnosticadas a tempo.

A senadora cobrou ainda a aprovação, pela Câmara dos Deputados, de projeto de lei que ela própria apresentou em 1998 e que garante aos portadores do vírus HIV e aos seus dependentes o direito à movimentação do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). Emilia elogiou o decreto do governador do Rio Grande do Sul, Olívio Dutra, que garante aos soropositivos sob tratamento o acesso ao serviço público estadual, impedindo discriminações.

## Heloísa Helena quer proibir anúncio de bebida alcoólica

Na opinião da senadora, propaganda veiculada atualmente é "uma verdadeira apologia à droga que, todos os dias, invade os lares brasileiros"

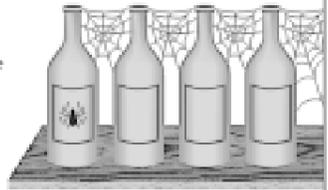
A senadora Heloísa Helena (PT-AL) defendeu ontem a aprovação de projeto que proíbe a publicidade de bebidas alcoólicas, incluindo a cerveja, em todos os meios de comunicação do país. Segundo ela, a bebida alcoólica é considerada droga e, como tal, deve sofrer restrições, a começar pela área de propaganda.

Heloísa Helena estranhou que o governo federal ainda não tenha se manifestado contra a publicidade indiscriminada do álcool, principalmente nas emissoras de televisão, por induzirem crianças e adolescentes a consumir bebidas alcoólicas. "Trata-se de uma verdadeira apologia à droga que, todos os dias, invade os lares brasileiros", salientou a senadora.

Ela entende que tanto o governo federal quanto o Congresso

### Consumo caiu em países que aboliram propaganda

Estudo divulgado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) no ano passado mostrou que o consumo de álcool caiu 16% nos países desenvolvidos que baniram a propaganda de bebidas alcoólicas. Por conta disso, segundo a OMS, o número de mortes no trânsito desses países caiu 23%. De acordo com a entidade, uma em cada quatro mortes de jovens entre 15 e 29 anos na Europa Ocidental é provocada pelo abuso de álcool. No Brasil, estudo realizado recentemente pela Universidade de São Paulo (USP) com adolescentes revelou que 15% deles faziam uso frequente de bebidas alcoólicas (seis ou mais vezes no mês).



Nacional devem assumir a responsabilidade de proibir a publicidade de bebidas alcoólicas, a exemplo do que fizeram em relação ao tabaco. E ressaltou que o consumo de álcool vem crescendo em todo o país, sendo um dos principais responsáveis pelo aumento da criminalidade.



Heloísa Helena cobra posição do governo

## Campanha publicitária poderia reduzir preço de genérico, diz Carlos Bezerra

O senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) defendeu a realização, pelo governo federal, de campanha publicitária informando a população sobre as diversas formas de consulta de preço dos medicamentos genéricos. Grande parte da população, disse o senador, não tem conhecimento da obrigatoriedade de as farmácias disporem da revista ABCfarma com os preços desses medicamentos e desconhece serviços como o 0800, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) ou a página da agência na Internet, onde pode pesquisar preços.

A campanha, entende o senador, estimularia a concorrência e forçaria os preços dos medicamentos genéricos para baixo. Carlos Bezerra fez o apelo ao constatar que a

### Existem 602 diferentes medicamentos genéricos

Os remédios genéricos dominam 6% do mercado farmacêutico brasileiro, após dois anos de sua entrada no país. De acordo com a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), o número de produtos registrados chega a 602, sendo que 426 medicamentos já se encontram à venda nas farmácias. O programa dos genéricos começou há dois anos, repetindo uma política adotada em outros países. Na Espanha, por exemplo, os genéricos respondem por 3,4% do mercado. A previsão do governo é de que os investimentos de laboratórios na produção de genéricos este ano supere R\$ 358 milhões.



Carlos Bezerra entende que campanha estimularia a concorrência

disparidade de preços entre os medicamentos genéricos chega a 220% em diferentes cidades, como Brasília, Rio de Janeiro e Cuiabá, segundo reportagem do jornal *O Globo*.

Carlos Bezerra citou, também, reportagem da *Folha do Estado*, de Cuiabá, na qual a Anvisa informa que a única obrigação dos laboratórios é manter os preços dos genéricos 45% menores, em mé-

dia, do que os preços dos remédios de marca equivalentes. No entanto, observou o senador, o presidente do Conselho Regional de Farmácia do Distrito Federal, Antônio Barbosa, em entrevista ao *Jornal de Brasília*, em novembro do ano passado, afirmava que o genérico tem que ser o remédio mais barato do mercado, pois recebe incentivos do governo, como propaganda de graça, alíquota zero para importação de matéria prima e descontos nos registros.

O senador citou ainda pesquisa feita pelo conselho nas farmácias do Distrito Federal, mostrando que 39 genéricos estavam mais caros do que os medicamentos similares de marca, com a diferença chegando a até 78%. O senador enfatizou que, se o governo não tem meios legais de controlar os preços dos genéricos, ou mesmo a sua relação de preço com remédios similares, pode atuar para estimular a concorrência e forçar a queda dos preços.



O *Jornal do Senado* publica perguntas dirigidas aos senadores abordando questões de interesse público. As desta edição foram veiculadas pela TV Senado. Você pode participar e ter sua pergunta respondida aqui, ligando gratuitamente para o serviço *A Voz do Cidadão* — 0800 661 2211 — e autorizando a publicação.

*Abinel Correia Vieira, de Anápolis-GO, sugere um projeto de lei que obrigue as emissoras de televisão a transmitir cursos de línguas estrangeiras gratuitamente.*

*O senador Maguito Vilela (PMDB-GO) responde: Vou encaminhar a sugestão do sr. Vieira à Assessoria Jurídica do Senado Federal para que elabore esse projeto de lei. Considero importante a medida porque, diante da globalização, o domínio de uma língua estrangeira passa a ser fundamental. E as emissoras de televisão, que são concessionárias do governo, podem contribuir para isso.*

*Maria Cristina Romero, de São Paulo-SP, diz que o Brasil fica pegando dinheiro emprestado e a dívida só aumenta. "A dívida externa só obriga o nosso país a entregar os bens públicos aos estrangeiros", afirma.*

*O senador Ricardo Santos (PSDB-ES) responde: "A Maria Cristina está questionando a dívida externa brasileira. É importante que o país tenha uma dívida que seja compatível com a nossa capacidade de pagamento. Ou seja, o Brasil não pode endividar-se acima da sua capacidade. Da mesma forma que nós, na nossa economia doméstica, não deveríamos contrair débitos incompatíveis com a nossa renda. Com relação à dívida externa, as autoridades monetárias e econômicas têm administrado razoavelmente essa questão".*

# Marluce: governo e investidor discriminam Norte

Ao protestar contra esse tratamento, a senadora adverte que, se não for adotada uma decisão política em benefício das áreas mais pobres do país, concentração regional de renda tende a se aprofundar

A Região Norte tem sido vítima de “severa discriminação do governo federal e dos investidores, fato que tem servido para aprofundar as diferenças regionais do país”, disse ontem, em discurso no Plenário, a senadora Marluce Pinto (PMDB-RR). Segundo a senadora, aquela região é a que mais sofre com a falta de infra-estrutura de apoio a um processo de desenvolvimento.

Como exemplo da discriminação praticada contra a região, Marluce disse que, atualmente, do total dos recursos disponíveis no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e no Banco do Brasil, R\$ 26,1 bilhões serão destinados para o Sudeste; R\$ 10 bilhões para a Região Sul; R\$ 8,9 bilhões para o Nordeste; R\$ 5,7 bilhões para o Centro-Oeste; e apenas R\$ 2,74 bilhões para o Norte.

Segundo a senadora, na área

dos investimentos privados, a situação não é muito diferente, pois, conforme dados do Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (Ipea), de um total de R\$ 80 bilhões investidos no país até o ano 2000, 64,3% destinaram-se ao Sudeste e 17,6% ao Nordeste, cabendo à Região Norte somente 7,5%.

## VASTO POTENCIAL

Para Marluce, se não houver uma decisão política em benefício das regiões mais pobres, a concentração regional de renda no Brasil tende a se aprofundar, mantendo-se estagnado o Norte, o que ela considera lamentável, em vista do vasto potencial da região, dotada de excelentes recursos humanos, de terras de boa qualidade e de água em abundância.

Ela afirmou que Roraima, o seu estado, tem potencial para pro-



Região Norte é a que mais sofre com falta de infra-estrutura, afirmou Marluce Pinto

dução agrícola, além de posição estratégica, dividindo fronteiras com a Venezuela e com a República da Guiana.

— Mas, infelizmente, Roraima vive um ostracismo imposto contra a vontade de nossa gente. Terras, coragem e determinação temos de sobra. Faltam, sim, os incentivos e os investimentos certos — afirmou.

Em aparte, o senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) disse que a

ação do governo central vem acentuando as desigualdades regionais. Criticou, também, a “postura elitista” do BNDES, que, salientou, investe maciçamente nas regiões mais desenvolvidas e fica à espera de bons projetos, em vez de tomar a iniciativa de ensinar, nas regiões mais pobres, como fazê-los.

Marluce Pinto destacou, ainda, no seu pronunciamento, o lançamento da candidatura de Otomar Pinto ao governo do seu estado, onde é conhecido, segundo ela, como um “tocador de obras”. A senadora afirmou que, quando esteve à frente do Executivo estadual, “Otomar Pinto fez imprimir na alma de seu povo um profundo sentimento de confiança”. Ela mencionou uma série de obras realizadas pelo então governador, principalmente nas áreas de infraestrutura, educação, saúde e segurança.



“Nova economia” faturou R\$ 74 bilhões no ano 2000, afirmou Eduardo Siqueira Campos

## Eduardo destaca desempenho do setor de serviços

O senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) registrou a divulgação, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), dos primeiros resultados da Pesquisa Anual de Serviços referente ao ano de 2000. Os segmentos investigados no setor de serviços mercantis não-financeiros, informou, tiveram, em termos globais, um crescimento de 9,7%, comparando-se com o ano anterior, em termos de pessoal ocupado. Também foi constatada a criação de mais de 500 mil novos postos de trabalho e um crescimento de 17,7% da receita operacional líquida, em termos nominais. Por outro lado, houve um decréscimo de 5,9% na remuneração média.

— Um ponto foi focalizado de forma privilegiada em 2000, a dimensão do chamado “setor informacional”, representado pelas empresas de serviços que atuam nos segmentos intensivos em informação, uma vez que essas empresas apresentam importância crescente na estrutura econômica dos países desenvolvidos e estão no centro das profundas transformações produtivas verificadas na economia — afirmou.

Eduardo Siqueira Campos registrou que a “nova economia” (constituída pela telefonia celular, televisão a cabo, satélite, Internet e outras tecnologias na área de comunicações) nacional faturou, no ano 2000, R\$ 74 bilhões. Desse total, completou, 70% foram arrecadados pelas telecomunicações.

## Região deixou de receber R\$ 3 bi com o fim da Sudam, diz Ribeiro

O senador Fernando Ribeiro (PMDB-PA) pediu ao governo federal que invista na Região Norte do país, principalmente nas empresas ali instaladas, como forma de gerar emprego e renda. Ele observou que, com o encerramento das atividades da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), a região deixou de receber investimentos da ordem de R\$ 3 bilhões, conforme estudos da Federação das Indústrias do Pará.

Na sua opinião, a Agência de Desenvolvimento da Amazônia (ADA), órgão criado pelo governo federal em substituição à Sudam, deve lutar para que a região ganhe novos incentivos. Do contrário, observou, o Norte brasileiro continuará a enfrentar graves problemas financeiros, com reflexos negativos na área social.

Para Fernando Ribeiro, as empresas sérias da região não po-



Fernando Ribeiro disse que ADA deve lutar por investimentos no Norte

dem ser prejudicadas em virtude dos escândalos que envolveram a Sudam, o que levou a uma brusca retirada de investimentos, “tão necessários à concretização da política de desenvolvimento regional”.

O parlamentar cobrou do governo do Pará e da Polícia Marítima medidas para combater o crime organizado no estado. Segundo ele, os chamados ratos d’água (bandidos-piratas) vêm atuando livremente em toda a região, levando pânico aos transportadores de cargas, turistas e população ribeirinha.

Ele também elogiou projeto do Executivo que permite manifestações durante a execução do Hino Nacional e a estilização da Bandeira. Mas condenou emendas apresentadas na Câmara que, a seu ver, desvirtuam a proposta, como a que substitui a estrela do Pará, inserida acima dos dizeres Ordem e Progresso, pela do Distrito Federal.

## Melo defende renegociação de dívida na área da Adene

Projeto de lei apresentado pelo senador Geraldo Melo (PSDB-RN) propõe a renegociação das dívidas do crédito rural tomado pelos produtores da área da Agência de Desenvolvimento do Nordeste (Adene). De acordo com o projeto, caberá ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento definir as disponibilidades no Orçamento Geral da União para a efetiva renegociação. A matéria tramita na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) em caráter terminativo.

Pela proposta, todos os encargos sofrerão desconto de 50% em favor dos produtores rurais, suas associações, condomínios e cooperativas de produtores, inclusive as de crédito rural, que sejam beneficiários de programa de reforma agrária ou de assentamento estabelecidos há menos de cinco anos.

Geraldo Melo justifica o projeto argumentando que as sucessivas propostas de renegociação das dívidas do setor agropecuário desconsideram as peculiaridades regionais, ignorando que os pro-



Proposta de Geraldo Melo dá desconto de 50% nos encargos sobre débitos dos produtores

dutores nordestinos enfrentam situações climáticas e econômicas muito adversas, distintas daquelas encontradas habitualmente nas regiões Sul e Sudeste.

Persistem as desigualdades regionais observadas ao longo da história do país — razão da criação da extinta Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) na década de 60 —, assinala Melo, especialmente no setor agrícola, exposto continuamente à calamidade da seca. Segundo o senador, “tratar como iguais os desiguais é uma injustiça”, que ele pretende reparar com sua proposta.